



Processo Legislativo

Processo	Data/Hora
2024-16	14/06/2024 09:12
Unidade	
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO (DAD)	
Solicitante	
JOSELIA MARIA LORENCE FRAGA	
Tipo	
Processo Legislativo	
Assunto	
PL - AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO	
Descrição	
Of. Mens. n.º 122/24-GPM com Projeto de Lei de Autorização de Uso de Bem Imóvel Público -POLO	



Of. Mens. n.º 122/24-GPM.

Santo Antônio da Patrulha, 14 de junho de 2024.

A Sua Excelência

Senhor Sergio Alexandre Airoidi,
Presidente da Câmara de Vereadores,
Santo Antônio da Patrulha, RS.

Assunto: **Projeto de Lei.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores:

Enviamos o Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a outorgar Autorização de uso de bem imóvel do Domínio Municipal”, para apreciação e votação por essa Casa.

Esse Projeto de Lei justifica-se para autorização precária de uso da sala existente junto ao Polo Universitário Santo Antônio, para que o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE/RS, realize a capacitação de jovens inscritos nos cursos de ocupações administrativas, comércio e varejo e auxiliar de produção, conforme Mem. n.º 540/24-SEMED.

A Secretaria Municipal da Educação, tendo em vista a relevância social para o núcleo de jovens estudantes que desejam qualificar-se para a inserção no mercado de trabalho, além de contribuir para o desenvolvimento social, visando a equidade e a produtividade dos mesmos, bem como atende ao preconizado nas diretrizes do plano Municipal da Educação.

Atenciosamente,

Rodrigo Gomes Massulo,
Prefeito Municipal.

Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela BQRH.SBWI.L4F3.KRSR



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL





PROJETO DE LEI DE 14 DE JUNHO DE 2024

Autoriza o Poder Executivo a outorgar Autorização de uso de bem imóvel do Domínio Municipal.

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o uso, de forma precária e não remunerada da sala n.º 05, localizada no 2.º andar do Polo Universitário Santo Antônio da Patrulha, localizada na Rua Barão do Cahy, n.º 125, Cidade Alta, nesta cidade.

Art. 2.º A autorização de uso destina-se à execução do programa de aprendizagem profissional de capacitação de jovens entre 14 e 24 anos de idade, moradores e contratados na modalidade aprendiz em empresas do Município de Santo Antônio da Patrulha, nos cursos de Ocupações Administrativas, Comércio e Varejo e Auxiliar de Produção.

Art. 3.º O prazo para utilização da sala será de 06 (seis) meses, prorrogável por igual período, cujas condições de utilização serão especificadas em Termo de Autorização Precária de Uso próprio, a ser firmado entre as partes.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 14 de junho de 2024.

Rodrigo Gomes Massulo
Prefeito Municipal



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela DVNE.R03C.JWWP.U6DL



INFORMAÇÃO

Informo que o Projeto de Lei vinculado ao Processo Legislativo n.º 2024/16, foi registrado através do n.º 221/2024, sob o n.º de Protocolo n.º 1858/2024, em 14 de junho de 2024, às 12h57.

Santo Antônio da Patrulha, 14 de junho de 2024.

Documento assinado eletronicamente por **TAUANA ESPINDOLA DA SILVEIRA**, em 14/06/2024 às 12:57:18.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **GBUJ.W9AU.MH5M.H0TZ**



Of. n.º 665/2024

Santo Antônio da Patrulha, 17 de junho de 2024.

A Sua Excelência
Senhor Rodrigo Gomes Massulo,
Prefeito Municipal,
Santo Antônio da Patrulha - RS.

Assunto: **Envio de Projeto de Lei.**

Encaminho o Projeto de Lei n.º 221/2024, que “Autoriza o Poder Executivo a Autorização de uso de bem imóvel do Domínio Municipal”, o qual foi apreciado e aprovado durante a 20ª Reunião Ordinária, realizada na data de 17 de junho, junto à Sessão Legislativa de 2024, tendo sido aprovado por Acordo de Lideranças.

Atenciosamente,

Vereador Sérgio Alexandre Airoidi,
Presidente do Legislativo Municipal.

Documento assinado eletronicamente por **SERGIO ALEXANDRE AIROLDI**, em 18/06/2024 às 08:25:07.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela 2LOH.PUHA.U4MT.O1Z4



LEI N.º 10.151, DE 18 DE JUNHO DE 2024

Autoriza o Poder Executivo a outorgar Autorização de uso de bem imóvel do Domínio Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o uso, de forma precária e não remunerada da sala n.º 05, localizada no 2.º andar do Polo Universitário Santo Antônio da Patrulha, localizada na Rua Barão do Cahy, n.º 125, Cidade Alta, nesta cidade.

Art. 2.º A autorização de uso destina-se à execução do programa de aprendizagem profissional de capacitação de jovens entre 14 e 24 anos de idade, moradores e contratados na modalidade aprendiz em empresas do Município de Santo Antônio da Patrulha, nos cursos de Ocupações Administrativas, Comércio e Varejo e Auxiliar de Produção.

Art. 3.º O prazo para utilização da sala será de 06 (seis) meses, prorrogável por igual período, cujas condições de utilização serão especificadas em Termo de Autorização Precária de Uso próprio, a ser firmado entre as partes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 18 de junho de 2024.

Rodrigo Gomes Massulo
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Cléia Juçara Airoidi
Secretária da Administração e Finanças



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela YIDE.UGXJ.K809.HLIS

**SECRETARIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 960/2024/SMGRH**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO, no uso de suas atribuições legais, **EXONERA**, a pedido, **ADRIANE YASMIN DA SILVA SICHESKI**, do Cargo de **Auxiliar de Consultório Dentário**, matrícula 7688-0, do Quadro de Servidores, a contar de 18 de junho do corrente ano.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO, em 18 de junho de 2024.

JACQUES GONÇALVES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Letícia Gehm Kruger
Código Identificador:3112B96B

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA
PATRULHA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
RESOLUÇÃO DE MESA Nº 06/2024**

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 006/2024

“ALTERA ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 05/24 QUE ESTABELECE PLANO ANUAL DE CONTAS — PAC, DA CÂMARA DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições, com fulcro na legislação vigente, adota o seguinte procedimento:

Art. 1º. Fica alterado o Plano Anual de Contas — PAC, constante do Anexo I, da Resolução de Mesa no 05/2024, em apenso a esta Resolução.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir desta d ata GabinetePresidên cia, 17 de junho de2024.

VER. SÉRGIO AIROLD I - PP
Presidente

VER. AND RÉ SELISTRE - PP
Vice-Presidente

VER. GABRIEL DIED RICH - M DB
Secretário

Publicado por:
Rossano Policarpo Braga
Código Identificador:185AB1A8

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS
LEI N.º 10.151, DE 18 DE JUNHO DE 2024**

Autoriza o Poder Executivo a outorgar Autorização de uso de bem imóvel do Domínio Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o uso, de forma precária e não remunerada da sala n.º 05, localizada no 2.º andar do Polo Universitário Santo Antônio da Patrulha, localizada na Rua Barão do Cahy, n.º 125, Cidade Alta, nesta cidade.

Art. 2.º A autorização de uso destina-se à execução do programa de aprendizagem profissional de capacitação de jovens entre 14 e 24 anos de idade, moradores e contratados na modalidade aprendiz em empresas do Município de Santo Antônio da Patrulha, nos cursos de Ocupações Administrativas, Comércio e Varejo e Auxiliar de Produção.

Art. 3.º O prazo para utilização da sala será de 06 (seis) meses, prorrogável por igual período, cujas condições de utilização serão especificadas em Termo de Autorização Precária de Uso próprio, a ser firmado entre as partes.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 18 de junho de 2024.

RODRIGO GOMES MASSULO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Cristina Salazar
Código Identificador:0518D71B

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS
LEI N.º 10.152, DE 18 DE JUNHO DE 2024**

Autoriza contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências..

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, em razão de excepcional interesse público, conforme faculta o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, para suprir necessidades de Professor, junto à Secretaria Municipal da Educação, em virtude de licença saúde e posterior licença gestante de profissional da área, conforme abaixo especificado:

N.º de cargos	Denominação	Carga horária semanal
01	Professor - Área I - Anos Iniciais	24h/s

Art. 2.º As especificações exigidas para a contratação de servidor, na forma desta Lei, são as que constam do respectivo Plano de Carreira (Lei Municipal n.º 6.312, de 16 de agosto de 2011), com alterações posteriores, para cargo de igual denominação.

Art. 3.º O contrato firmado em decorrência desta Lei terá a vigência máxima de 6 (seis) meses a contar da assinatura do mesmo, sem possibilidade de renovação, de acordo com o previsto no artigo 197 da Lei Complementar n.º 035, de 7 de outubro de 2005 (Regime Jurídico).

Parágrafo único. O contrato decorrente desta Lei poderá ser rescindo a qualquer tempo.

Art. 4.º O ocupante do cargo previsto nesta Lei terá os direitos previstos pelo artigo 199, da Lei Complementar n.º 035, de 07 de outubro de 2005 (Regime Jurídico), bem como o constante no artigo 12, da Lei Municipal n.º 6.312, de 16 de agosto de 2011 (Plano de Carreira do Magistério Público Municipal), com alterações posteriores.

Art. 5.º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta da Dotação orçamentária: 579 Projeto atividade: 2010 -

Manutenção dos Padrões de Qualidade do Ensino Fundamental
Rubrica: Contratação por tempo determinado Recurso 0500 – MDE.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Santo Antônio da Patrulha, 18 de junho de 2024.

RODRIGO GOMES MASSULO

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI

Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:

Ana Cristina Salazar

Código Identificador: 12E8D22C

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS**

LEI N.º 10.153, DE 18 DE JUNHO DE 2024

Autoriza contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, em razão de excepcional interesse público, conforme faculta o art. 37, inciso IX da Constituição Federal, para suprir necessidade de servidor junto ao Programa Primeira Infância Melhor (PIM), vinculado à Secretaria Municipal da Saúde (SEMSA), conforme abaixo especificado:

N.º de cargo	Denominação	Carga horária semanal	Padrão de vencimento
01	Visitador	40h/s	8

Art. 2.º As especificações exigidas para a contratação de servidores, as atribuições, os vencimentos e demais peculiaridades do cargo constam no Anexo I.

Art. 3.º O contrato firmado em decorrência desta Lei terá a vigência de 6 (seis) meses, podendo ser renovado por igual período, de acordo com o previsto no artigo 197, da Lei Complementar n.º 035, de 07 de outubro de 2005 (Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município e dá outras providências), a contar da assinatura do mesmo.

Párrafo único. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo.

Art. 4.º O ocupante do cargo previsto no art. 1.º, terá os direitos constantes no art. 199, da Lei Complementar n.º 035, de 07 de outubro de 2005 (Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município e dá outras providências).

Art. 5.º As despesas decorrentes das contratações deverão ser custeadas pela dotação orçamentária 1055, da Secretaria Municipal da Saúde (SEMSA).

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 18 de junho de 2024.

RODRIGO GOMES MASSULO

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI

Secretária da Administração e Finanças

ANEXO I

Categoria Funcional: Visitador

Padrão de Vencimento: 8

Atribuições:

a) Descrição Sintética: orientar as famílias e gestantes, a partir de suas culturas e experiências, para que promovam o desenvolvimento integral de suas crianças.

b) Descrição Analítica: realizar trabalho diretamente com as famílias, orientando-as para executarem as atividades de estimulação para o desenvolvimento adequado das crianças de 0 a 5 anos e 11 meses e 29 dias; controlar a qualidade das ações educativas realizadas pelas famílias junto às crianças; acompanhar os resultados dos trabalhos realizados com as crianças; planejar e executar as modalidades de atenção individuais e grupais com gestantes, famílias e crianças; responsabilizar-se pela orientação e acompanhamento das famílias na zona urbana e rural; planejar e organizar; semanalmente, suas visitas de acompanhamento e orientação, sob a coordenação do Monitor responsável; desenvolver outras tarefas afins.

Condições de Trabalho:

a) Geral: carga horária de 40 horas semanais.

b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados; sujeito a trabalho externo, desabrigado, bem como o uso de uniforme e equipamento de proteção individual fornecidos pelo Município e atendimento ao público.

Requisitos para Provimento:

a) Idade: 18 anos

b) Instrução: Ensino Médio Completo.

c) Outros: conforme instruções reguladoras no Edital de Concurso ou Processo Seletivo Simplificado.

Publicado por:

Ana Cristina Salazar

Código Identificador: 7836756D

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS**

**AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º
062/2024**

Comunicamos aos interessados que encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 062/2024 do tipo menor preço por item, destinado a aquisição de materiais de construção e reforma. O Edital foi retificado, sendo atualizada a descrição dos itens 11 e 12, bem como o valor de referência O credenciamento e a sessão pública serão realizados no site www.portaldecompraspublicas.com.br, com abertura no dia 04/07/2024 às 10:01h, devendo as propostas serem apresentadas no referido site até às 10h do mesmo dia. O edital e anexos encontram-se disponíveis nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.santoantoniopatrolha.rs.gov.br.

Santo Antônio da Patrulha, 19 de junho de 2024.

RODRIGO GOMES MASSULO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Tedi Rancheski

Código Identificador: 0BC83BEF

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO N.º 029/2024**

HOMOLOGO o processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 029/2024, decorrente do Credenciamento n.º 003/2024 destinado ao credenciamento de Escolas Privadas com o objetivo de atendimento às crianças de Educação Infantil com idade entre 0 a 5 anos, com fornecimento de quatro refeições diárias, em turmas de Educação Infantil, conforme justificativas apresentadas nos Memorandos n.º 406/2024, n.º 454/2024 e Pedido n.º 2024/1217, anexos ao processo, com base na Resolução CME N.º 02-2016 com